

HABEAS CORPUS Nº 492.785 - CE (2019/0038916-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : HISTEMBERGH FERNANDES DA COSTA BRITO JUNIOR
ADVOGADO : HISTEMBERGH FERNANDES DA COSTA BRITO JUNIOR -
CE033881
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : ROBSON FERREIRA DE ALMEIDA (PRESO)

DESPACHO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ROBSON FERREIRA DE ALMEIDA contra a demora do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará em julgar a Apelação n.º 0173244-32.2017.8.06.0001.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 28/09/2017, e denunciado pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 180, *caput*, do Código Penal; 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente; e art. 14 da Lei n.º 10.826/2003 (receptação, corrupção de menores e porte ilegal de arma de fogo de uso permitido).

Em 06/06/2018, o Paciente foi condenado à pena total de 5 (cinco) anos de reclusão, em regime fechado, e 30 (trinta) dias-multa; sendo-lhe negado o apelo em liberdade.

Irresignada, a Defesa ingressou com o recurso de apelação, que foi remetido ao Tribunal de origem em 08/09/2018 e distribuído, por prevenção, ao Desembargador relator em 13/08/2018.

No presente *writ*, a Defesa alega que o Paciente sofre constrangimento ilegal, já que a demora injustificada para o julgamento da apelação criminal faz com que a prisão cautelar se prolongue indefinidamente.

Sustenta que, "*apesar da pluralidade de réus ou a complexidade da causa, a Súmula 52 da Corte Superior, em si, não justifica uma dilação temporal de mais de 227 dias para processamento de um recurso de apelação*" (fl. 7).

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da segregação cautelar para que o Paciente aguarde em liberdade o julgamento da apelação.

É o breve relatório.

Na hipótese, não é possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, na medida em que os autos foram mal instruídos, visto que a Parte Impetrante **não juntou**

cópia integral do andamento processual no âmbito do Tribunal de Justiça de origem, de modo a permitir a aferição da existência de diligências realizadas e de eventual justificativa da demora no julgamento da apelação. Também deixou de juntar a **cópia do decreto prisional**, a fim de que se possa verificar os fundamentos da segregação cautelar.

Assim, confiro à Parte Impetrante o prazo de 5 dias para trazer aos autos os documentos faltantes, sob pena de extinção sem análise do mérito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

